

**CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE OS
RUMOS DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR**

JOÃO ACIR VERLE
WALDIR BOHN GASS
PAULO MÜZZEL DE OLIVEIRA
PAULO RODRIGUES (TAPES)
LUIZ AUGUSTO E. FARIA
GUILHEFME CASSEL
ARNO AUGUSTIN FILHO

A CORAGEM DE DECIDIR

O presente texto visa contribuir para que o balanço ora em curso na Administração Popular possa consubstanciar-se em rumos concretos para o período de dois anos e oito meses de governo que nos resta. Não se trata de uma avaliação ou da elaboração de diretrizes genéricas, mas sim de proposições que buscam obrigar o debate e as definições para os rumos do governo a descerem para um nível menor de abstração. Nesse sentido, não é uma contraposição ao documento "A Hora das Definições Estratégicas" elaborado pela Comissão de Coordenação da Reforma Administrativa. Pelo contrário, procura definir e quantificar prioridades a partir das diretrizes por ele estabelecidas, com os quais, embora com divergências pontuais, se concorda. O elevado nível de abstração em que o debate : corretamente, diga-se de passagem - foi iniciado exige um passo posterior, para o qual este documento pretende dar sua ajuda.

Como ressalva coloca-se apenas restrições às diretrizes expostas no item 3 do referido documento, ainda marcado pela preocupação em cooptar parcelas do empresariado para que defendam ou que, no mínimo, não ataquem o projeto político da Administração Popular. Trata-se de um enfoque que, ao contrário de seu objetivo, nos leva ao isolamento. Isso porque muitas vezes implica em abandonar os setores sociais com os quais temos identificação histórica, em troca da ingênua esperança de que nossos inimigos de classe irão aceitar um armistício. Não irão. A forma como a grande imprensa - que representa con dignamente os interesses do conjunto dos capitalistas - nos trata, é um exemplo do qual todos nós já deveríamos ter tirado as devidas lições.

Entendemos, porém, que a Administração não pode adiar decisões inadiáveis na espera de que o debate genérico sobre conceitos como o da universalidade, ou sobre as periodizações de seus planos de ação, encontre sua síntese. Esperamos que ao propor um passo na direção do concreto possamos auxiliar a administração se armar para responder aos difíceis desafios que a conjuntura lhe coloca.

As questões principais que procuramos responder são as seguintes: quais as prioridades que devemos atender até o final da gestão; quais as fontes de recursos para essas ações; quais as reformulações das práticas administrativas necessárias, bem como, as condições que precisamos cumprir para atingir os objetivos definidos.

Definir prioridades também significa dizer que algumas demandas da população não poderão ser atendidas. Submeter-se a condições rígidas pode significar tomar decisões que desagradem profundamente setores da população, inclusive dos trabalhadores. Pode significar, por exemplo, deixar de atender reivindicações salariais justas do funcionalismo municipal. Tudo isso exige que a Administração tenha a coragem de decidir os objetivos e os meios de alcançá-los, mesmo submetida a

pres

sões contrárias. Essa coragem, a coragem de decidir e de mudar não pode faltar, sob pena de frustrarmos a população e comprometermos nosso projeto político.

Um planejamento eficiente deve ser feito de forma quantificada. Embora sem o tempo necessário para que a quantificação pudesse de constituir a nível de programação de ações de governo, entendemos ser necessário enfrentar os riscos inerentes a um trabalho realizado em curtíssimo espaço de tempo. Obviamente que as proposições que fazemos, se aprovadas, deverão ser objeto de uma programação mais detalhada a ser realizada pela Secretaria do Planejamento e pelos órgãos competentes.

Da mesma forma, políticas setoriais aqui não contempladas, não devem ser entendidas como inexistentes. O nível de gasto nestas áreas poderá se manter nos níveis atuais, devendo quaisquer outras destinações de recursos estarem sujeitas a ajustes de percurso.

A proposta deve ser entendida como a busca de ancorar as ações e decisões do governo em um cenário concreto delimitações e possibilidades. Sua abordagem não deve ser restritiva nem relativizar a necessidade de enérgica e criativamente, buscamos recursos para a execução de outros projetos importantes que possam significar acúmulo para a administração popular.

O documento também não aborda a questão do tipo de gestão (democracia interna, relações com os partidos da Frente Popular e Movimento Popular, processo de decisão, etc.) não por achar o tema irrelevante. Pelo contrário, esse debate deverá ter o destaque que merece e desenvolver-se à parte da discussão sobre fontes e destinação de recursos.

A origem dos Recursos

Um dos principais pontos de estrangulamento ao qual a A.P. está submetida refere-se à insuficiência de recursos financeiros a realização de projetos que necessitam de investimentos. Existem quatro grandes fontes para os investimentos que estamos propondo: - as sobras de caixa da Prefeitura (em relação às despesas correntes); - o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (venda de índices); - o Porto Seco e os empréstimos oriundos de grandes projetos, em especial internacionais.

a) O Caixa da Prefeitura:

- Hipóteses:

a.1. Crescimento Real da Receita de 10% ao ano nos próximos 2 anos.

Condições necessárias - Manutenção dos esforços no sentido de aprofundarmos a reforma tributária: - aumento da base tributária do ISS e IPTU com o aumento no número de contribuintes, melhorias no cadastro e reduções das isenções;

- implementação das medidas já em andamento no sentido de aumentar o índice de participação de Porto Alegre no ICMS;

- continuidade e aprimoramento das ações destinadas à Cobrança da Dívida Ativa.

a.2 Redução dos gastos com pessoal para 75% da receita em 90, 75% em 91 e 65% em 92.

Condições necessárias: Será necessário cumprir rigidamente as condições propostas, o que implica em conter os reajustes salariais e/ou reduzir o quadro de funcionários e/ou introduzir alterações no plano de carreira. Será preciso realizar estudos que levem a um planejamento para os gastos com pessoal que determine o caminho que permita o atendimento das hipóteses propostas.

Se atendidas as hipóteses acima o fluxo de caixa será, em mil dólares, o seguinte:

FLUXO MENSAL

	1990	1991	1992
Receita	13.500	14.850	16.335
Pessoal	10.125	10.395	10.617,75
Custeio e Investimentos Corriqueiros	1.350	1.485	1.635
Custo Financeiro	1.350	742,5	816,75
Saldo	675	2.227,5	3.265,5 (U\$ 1.000)
Fluxo Anual			
Saldos de caixa anualizados	5.400	26.730	39.186
Poupança já existente (abril)	2.720	-	-
Pagamento do Empréstimo - PIMES	-	-	1.200
Saldo para Investimentos	8.120	26.730	37.986 (em U\$ mil)

b) O FMDU

Para as projeções utilizamos os valores já em caixa, a projeção para o resto do ano e um valor estimado para 1991 e 1992 de metade da arrecadação dos valores de 1990.

	FMDU (em U\$ 1.000)		
	1990	1991	1992
Em Caixa	3.350		
Previsto	1.700	2.500	2.500
TOTAL	5.050	2.500	2.500
Gastos com precatórios, desapropriações legais e outros compulsórios	1.750	500	500
Saldo	3.300	2.000	2.000
Saldo para Investimentos em Saneamento e Urbanização	2.020	2.000	2.000
Saldo para Investimentos para Compra de Ônibus	1.280		

c) Porto Seco

Para o Porto Seco utilizou-se o mesmo critério do FMDU, ou seja, de uma arrecadação para 1991 e 1992 da metade do valor de 1990.

Recursos de Alienações no Porto Seco

	(Em U\$ 1.000)		
	1990	1991	1992
Saldo para Investimentos	1.135	567	567

d) PIMES

A Administração Popular está encaminhando em 1990 projetos através do PIMES no valor de 6 milhões de dólares. Desse valor 10% é destinado à melhorias administrativas (a fundo perdido). Para 1991 e 1992 está previsto um aumento de 100% da verba do PIMES, para a qual apresentaremos projetos no valor de 12 milhões de dólares.

PIMES

	1990	1991	1992
Projetos	6.000	12.000	12.000
Reaparelhamento Administrativo	600	1.200	1.200
Saldo para Investimentos em Saneamento e Urbanização	5.200	10.800	10.800

RESUMO

	(Em U\$ 1.000)		
	1990	1991	1992
Saldos de Caixa	8.120	26.730	37.986
FMDU(Saneamento e Urbanização)	2.020	2.000	2.000
FMDU(ônibus)	1.280		
Porto Seco	1.135	567	567
PIMES(Saneamento e Urbanização)	5.200	10.800	10.800
T O T A L	17.755	40.097	51.353

As Prioridades do Governo

Após um ano e quatro meses de Administração é inadiável que o governo defina de forma clara suas prioridades. Não podemos atender a todas as demandas da população devendo solucionar aquelas que se referem de forma mais clara as competências municipais, aquelas para as quais podemos obter recursos externos (ao caixa corrente da própria Prefeitura), e as que podemos realizar com a maior eficiência. Em especial, devemos utilizar como critério os pontos de estrangulamento mais sensíveis para a população. A partir desses critérios propõe-se a adoção de duas prioridades; Saneamento e Urbanização e Transportes. Essas prioridades correspondem aos pontos 1 e 2 do documento "A Hora das Definições Estratégicas".

Não é objetivo desse texto realizar considerações mais aprofundadas sobre a correção das prioridades propostas, embora se reconheça a pertinência de um debate profundo sobre o tema. Se necessário, poderemos defender essas prioridades elaborando um documento específico sobre a questão.

a) Saneamento e Urbanização

Porto Alegre possui aproximadamente meio milhão de pessoas vivendo em habitações ou subhabitações irregularmente instaladas, sem saneamento, sem urbanização, sem as mínimas condições de uma vida digna. Nesse sentido o Programa de Saneamento e Urbanização que estamos propondo deve receber tratamento financeiro privilegiado. Consiste em um programa integrado que atende aos diferentes aspectos de Saneamento e Urbanização das vilas e bairros populares.

Tomamos como base um projeto elaborado para a Vila Cruzeiro do Sul. Esse projeto inclui o seguinte:

- . Remoção e Realocação
- . Pavimentação
- . Drenagem com esgoto misto
- . Energia Elétrica e Iluminação Pública
- . Equipamentos para Coleta de Lixo

- . Creche
- . Canalização

Para a população dessa vila, de 10.120 habitantes o custo do projeto é de 1,530 milhões de dólares, o que significa 150,8 dólares por habitante. Esse custo é variável, dependendo dos equipamentos a serem instalados. Por exemplo, o projeto da Vila 1º de Maio que implica na compra de um caminhão de lixo, uma vila pequena, de apenas 3.100 habitantes, tem um custo estimado de 284 dólares por habitante ou seja, 1,88 vezes o custo do projeto da Vila Cruzeiro do Sul. Os valores da Vila Cruzeiro do Sul, no entanto, a partir de padrões técnicos aceitáveis podem ser considerados como valores médios, sendo utilizados para as projeções a seguir.

Propõe-se a utilização dos seguintes valores no projeto:

Saneamento e Urbanização

(Em U\$ 1.000)

Origem	1990	1991	1992
FMDU	2.020	2.000	2.000
PIMES	5.200	10.800	10.800
Saldo de Caixa	2.000	13.365	18.993
T O T A L	9.220	26.165	31.793

Até o final do governo, se atendidas as condições do projeto, poderíamos regularizar, sanear e urbanizar a situação de praticamente toda a população hoje em situação irregular.

População Atingida

	1990	1991	1992
	61.140	173.500	210.830

Total até 1992: 445.470

b) Transportes

É ocioso repetir a importância que tem o transporte para a nossa administração. Não é ocioso repetir que é urgente a elaboração de uma política de transportes. Não é objetivo desse texto elaborá-la. Nossa contribuição para a solução do problema se restringirá a destinação dos recursos abaixo mencionados, bem como uma avaliação do número de ônibus que os recursos poderiam comprar, a um custo médio de U\$ 100.000. Deixa-se claro que não se está propondo que a política seja necessariamente a compra de ônibus. A comparação é feita para demonstrar o que seria possível fazer com os recursos destinados. A política de transportes, a ser elaborada é que deverá de terminar a destinação dos recursos.

Recursos para Transportes

(Em U\$ 1.000)

Origem	1990	1991	1992
Saldos de Caixa	6.120	13.365	18.993
FMDU	1.280	-	-
Porto Seco	1.135	567	567
T O T A L	8.535	13.932	19.560

Nº de Ônibus que os Recursos permitem comprar

	1990	1991	1992
	85	139	195

Total até 1992: 419 ônibus

RESUMO

(Em U\$ 1.000)

Origem/ Destino	1990		1991		1992	
	Saneamento Urbanização	Transporte	Saneamento Urbanização	Transporte	Saneamento Urbanização	Transporte
Saldos de Caixa	2.000	6.120	13.365	13.365	18.993	18.993
FMDU	2.020	1.280	2.000	-	2.000	-
Porto Seco	-	1.135	-	567	-	567
PIMES	5.200	-	10.800	-	10.800	-
TOTAL	9.220	8.535	26.165	13.932	31.793	19.560

A Manutenção dos Serviços

A manutenção dos serviços básicos da cidade, em níveis adequados de qualidade, é ponto fundamental para o bom desempenho do governo.

Estes serviços, como saúde, educação, iluminação pública, manutenção de vias públicas, limpeza urbana, e outros, embora sem destinação específica de recursos nesta proposta, devem ser entendidos como tendo destinados, a cada um, no mínimo o atual volume de recursos.

O que propomos é que sejam revistos radicalmente os métodos e as práticas administrativas. É inadiável definirmos um perfil de gerências e estabelecermos parâmetros de produtividade que permitam não só a adequada realização dos nossos objetivos, como um permanente controle e avaliação do trabalho em desenvolvimento.

Além de uma redefinição da estrutura organizacional da Prefeitura são necessárias medidas que eliminem órgãos deficitários e duplicados e que racionalizem os recursos disponíveis de forma a resultar no enxugamento das despesas de custeio com a máquina administrativa.

É com os recursos resultantes desta "reforma na maneira de gerir o setor público" que deveremos ampliar os gastos com os serviços básicos prestados pela Prefeitura à população. Daí a importância das medidas de racionalização administrativa, pois são elas que deverão, pela sua economia, gerar os recursos que financiem o melhoramento dos serviços.

abril/maio 1990.